



Escola de Comunicação e Artes
Departamento de Ciência da Informação
Curso de Licenciatura em Arquivística - Laboral

Trabalho de Conclusão de Curso

**O PAPEL DO ARQUIVISTA COMO MEDIADOR DA INFORMAÇÃO
NOS ARQUIVOS: UM ESTUDO DE CASO DO MINISTÉRIO DA
ECONOMIA E FINANÇAS**

Candidato: Tomás Roque Machamal

Orientador: Dr. Alberto Calbe

Maputo, Maio de 2024

TOMÁS ROQUE MACHAMAL

O PAPEL DO ARQUIVISTA COMO MEDIADOR DA INFORMAÇÃO NOS
ARQUIVOS: UM ESTUDO DE CASO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E
FINANÇAS

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Arquivística da Escola de
Comunicação e Artes da Universidade Eduardo
Mondlane, como instrumento parcial para
obtenção do grau de Licenciado em Arquivística

Maputo, Maio de 2024

MEMBROS DO JURI

Orientador

Mestre Alberto Calbe

Escola de Comunicação e Artes (UEM)

Presidente

Oponente

Escola de Comunicação e Artes (UEM)

Maputo, Maio de 2024

Monografia aprovada em _____ de _____ de 2024

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que o presente trabalho de fim de curso nunca foi apresentado para obtenção de qualquer grau acadêmico e que o mesmo constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando citadas e na bibliografia todas as fontes utilizadas para a sua concepção.

O Licenciando

(Tomás Roque Machamal)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, em especial:

À memória dos meus pais, Roque Avelino Machamal e Virgínia Armando por em vida me terem ensinado a lutar pelos mais nobres valores da vida, os quais me dignificam como um homem de honra;

À minha esposa Augusta Mariano Mugaua e aos meus filhos Márcia Tomás Machamal e Wizel Tomás Machamal, que tudo fizeram para que este sonho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

As palavras não serão suficientes para revelar a minha imensa gratidão a todos que estiveram presentes na minha vida, colaborando para que este sonho se tornasse realidade, mas sei que ao registá-las estarei também as eternizando. Assim, agradeço:

Agradeço a Deus por me dar força, saúde e iluminar os meus caminhos durante o tempo de formação, que ele seja louvado e exaltado para sempre.

Aos meus pais, Roque Avelino Machamal e Virgínia Armando, que sou eternamente grato pelo amor incondicional e dedicação em me transformar no que sou. A minha esposa Augusta Mariano Mugaua, pelo amor, apoio, carinho e acima de tudo muita paciência. Minha vida não teria sentido sem você!

Aos meus filhos e irmãs (Márcia, Wizel, António, Virgínia, Ângela, Tunelga, Lurdes e Inácio) pelo suporte na minha vida pessoal e académica.

Ao meu orientador dr. Alberto Calbe por me ajudar com informações relevantes do trabalho.
Aos docentes da Escola de Comunicação e Artes.

Agradecer também aos meus irmãos do curso de Arquivística Verdiana de Oliveira Marques, Elton Mazive, Pedro Ubisse, Sheila Daniel Manjate, Joelma Mapanzene, Letícia Litsure, Maria Alberto Macave, Felismina Chivurre, Mércia Mateus, Ângela Benfíca, Wanda Comé, Luísa Joaquim e Francina Quilamo, pelos quatro anos de caminhada conjunta, construindo o meu perfil académico, profissional, social e cultural.

Aos colegas e amigos do curso de Biblioteconomia, em especial aos colegas Walney Tomás Melisse, Lubeila Zandamela, Felizarda Marrucua, Millénia Mabota, Laurinda Mandlate, Hidilson de Jesus, Glaidss Changule, Stélio Garife e Neusa Picardo.

EPÍGRAFE

Não existem limites para o que você pode conquistar quando aprende a priorizar suas tarefas e executá-las do modo mais eficaz.

Brian Tracy, (2017, p.12)

RESUMO

A actividade de mediação da informação, bastante presente nos estudos e práticas arquivísticas, ainda é pouco abordada no âmbito arquivístico moçambicano. Considerando uma sociedade cada vez mais alicerçada pelo uso da informação, parece imprescindível que o arquivista venha a actuar também na formação de usuários de informação. Nessa perspectiva, compreende-se a mediação como um processo colaborativo capaz de promover a apropriação da informação e, por conseguinte, um salto qualitativo nos usuários. Assim, a proposta deste trabalho é analisar o papel do arquivista como mediador da informação nos arquivos do MEF. Foi adoptada a técnica de observação directa e entrevista para mapear e descrever as actividades desenvolvidas pelo arquivista no MEF, bem como identificar elementos de ambiência que favorecem o processo de mediação da informação, para isso, esta pesquisa foi desenvolvida a partir do estudo de caso realizado no Ministério da Economia e Finanças. Aplicou-se também uma entrevista junto aos funcionários da instituição. Resultados: Entre as acções de maior visibilidade que identificam o arquivista como mediador da informação em um ambiente laboral estão às actividades técnicas, bem como à ambiência e a comunicação estabelecida entre o arquivista e os funcionários. Conclusão: É preciso que o arquivista busque ser percebido na instituição como um profissional que agrega valor por meio da mediação directa e indirecta da informação, portanto, esse profissional deve ser proactivo.

Palavras-chave: Arquivista, Informação, Mediação da informação arquivística, Ministério da Economia e Finanças.

ABSTRACT

The activity of information mediation, very present in archival studies and practices, is still little addressed in the Mozambican archival context. Considering a society increasingly based on the use of information, it seems essential that the archivist also acts in the training of information users. From this perspective, mediation is understood as a collaborative process capable of promoting the appropriation of information and, therefore, a qualitative leap in users. Therefore, the purpose of this work is to analyze the role of the archivist as a mediator of information in the MEF archives. The technique of systematic direct observation and interview was adopted to map and describe the activities carried out by the archivist at the MEF, as well as identify elements of ambience that favor the information mediation process. For this purpose, this research was developed based on the case study carried out at the Ministry of Economy and Finance. An interview was also administered to the institution's employees. Results: Among the most visible actions that identify the archivist as a mediator of information in a work environment are technical activities, as well as the ambience and communication established between the archivist and employees. Conclusion: The archivist must seek to be perceived in the institution as a professional who adds value through the direct and indirect mediation of information, therefore, this professional must be proactive.

Keywords: Archivist, Information, Mediation of archival information, Ministry of Economy and Finance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDIMO – Centro Nacional de Documentação Informação de Moçambique;

CRPM - Constituição da República Popular de Moçambique;

DA - Departamento de Aquisições;

DAJN - Direcção de Assuntos Jurídicos e Notariais;

DARH - Direcção de Administração e Recursos Humanos;

DGR - Direcção de Gestão do Risco;

DNCP - Direcção Nacional de Contabilidade Pública;

DNGDO - Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública;

DNMA - Direcção Nacional de Monitoria e Avaliação;

DNPE - Direcção Nacional do Património do Estado;

DNPED - Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento;

DNTCF - Direcção Nacional do Tesouro e Cooperação Económica e Financeira;

DNPO - Direcção Nacional da Planificação e Orçamento;

DOGSI - Departamento de Organização e Gestão do Sistema de Informação;

GACI - Gabinete de Auditoria e Controlo Interno;

GCI - Gabinete de Comunicação e Imagem;

GM - Gabinete do Ministro;

MAEFP – Ministério da Administração Estatal e Função Pública;

MF – Ministério das Finanças;

MEF – Ministério da Economia e Finanças;

MPD – Ministério da Planificação e Desenvolvimento;

SNAE - Sistema Nacional de Arquivos do Estado.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1. CAPÍTULO: INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1. Problematização..... | 11 |
| 1.2 Objectivos | 13 |
| 1.2.1 Objectivo Geral..... | 13 |
| 1.2.2 Objectivos específicos..... | 13 |
| 1.3 Justificativa..... | 13 |
| 2. CAPÍTULO: QUADRO CONCEPTUAL | 15 |
| 2.1 Arquivo | 15 |
| 2.2 Arquivista | 16 |
| 2.2.1 O perfil do arquivista | 16 |
| 2.3 Informação | 16 |
| 2.4 Relação entre informação e arquivo | 17 |
| 2.5 Informação arquivística..... | 17 |
| 2.6 Mediador de informação | 18 |
| 2.7 Mediação..... | 19 |
| 2.7.1 Mediação da informação arquivística | 19 |
| 2.8 Os diferentes tipos de mediação da informação | 20 |
| 2.9 Alguns desafios ligados a mediação da informação arquivística..... | 21 |
| 2.10 Análise do papel do arquivista na mediação da informação e seu espaço de actuação..... | 24 |
| 3. CAPÍTULO: METODOLOGIA..... | 26 |
| 3.1 Técnicas de pesquisa e colecta de dados | 27 |
| 4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS..... | 30 |
| 5. CAPÍTULO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS..... | 33 |
| 5.1 Perfil do profissional que actua no arquivo do MEF | 33 |
| 5.2 Estrutura Arquivística do MEF..... | 34 |
| 5.3 Mediação da informação | 35 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES..... | 38 |
| 6.1 Considerações Finais | 38 |
| 6.2 Recomendações | 39 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 40 |
| 8. GUIÃO DE ENTREVISTAS | 46 |

1. CAPÍTULO: INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa debruçar sobre o papel do arquivista como mediador da informação no arquivo, tendo como foco o Arquivo do Ministério da Economia e Finanças. Este, consubstancia-se num trabalho de conclusão de curso, requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Arquivística pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane.

O arquivista é um profissional multidisciplinar. Seu trabalho perpassa pela concepção intelectual de planeamento de políticas e programas de gestão de documentos, pela organização, acompanhamento, assessoramento e direcção de instituições arquivistas e serviços de arquivo. Suas actividades dependem em grande medida, de sua actuação na instituição como instrutor das técnicas e procedimentos relacionadas as boas práticas ligadas à gestão de documentos nas fases corrente e intermediária, bem como o direccionamento das acções para a conservação, preservação e difusão dos conjuntos documentais recolhidos aos arquivos.

Os estudos e práticas envolvendo a mediação da informação e a formação de usuários tem sido bastante recorrente em áreas como a Arquivística e a Biblioteconomia, porém ainda é pouco abordada no contexto arquivístico moçambicano. Considerando uma sociedade cada vez mais alicerçada pelo uso da informação, parece imprescindível que o arquivista venha a actuar também na formação de usuários de informação. Nessa perspectiva, considera-se importante que o arquivista se estabeleça como agente mediador da informação - responsável pela intermediação entre a informação, os serviços de informação e o usuário - haja vista que a sua prática profissional inclui orientar e instruir seus usuários no processo de busca e uso das informações. Partindo do pressuposto de que todo o fazer arquivístico envolve notoriamente tornar acessíveis as informações ao usuário e que ao desenvolver actividades como identificar, analisar, arquivar, recuperar, avaliar e disseminar a informação, o arquivista está mesmo que implicitamente estabelecendo uma relação com os usuários, por meio dos serviços de informação, então, acredita-se que o arquivista tem potencial para actuar na mediação da informação nesta fase em que a informação é um recurso estratégico para as instituições.

Portanto, a mediação da informação implica intervenção, acção prepositiva, intencionalidade, cujo objectivo é a apropriação da informação. É realizada sobre base material, por meio de metodologias de rigor científico. Identificação, seleção, produção de registos, ordenação, preservação, exposição de todo e qualquer objecto, são actividades documentaria no sentido de

que constituem de modo articulado entre si, acções de mediação a partir das quais se dá a transformação do objecto em documento.

Ademais, o presente trabalho encontrar-se-á disposto em 7 (sete) capítulos essenciais. Antecedido pelos elementos pré-textuais, o primeiro capítulo apresenta a introdução que, dentre outros elementos, apresenta a problematização e os objectivos do trabalho; no segundo capítulo é apresentado o referencial teórico e conceptual onde são definidos os conceitos considerados cruciais para a correcta interpretação do trabalho; no terceiro capítulo é apresentado a metodologia empregue no trabalho; no quarto capítulo fazemos a contextualização histórica do ministério em estudo, no quinto capítulo apresentamos alguns constrangimentos subjacentes ao processo da mediação da informação; no sexto são apresentados e analisados alguns itens ligados ao perfil dos funcionários do arquivo; no sétimo fazemos a análise de dados colhidos no campo. Após estes capítulos são apresentadas as considerações finais e recomendações. Por fim, os elementos pós textuais.

1.1 Contextualização do problema

1.2. Problematização

Segundo Szlejcher (2011), a complexidade crescente das sociedades modernas vem criando novas necessidades para a administração em sua organização e métodos de trabalho, complexidade que se reflecte na produção e na utilização da documentação. E assim, aparecem novas necessidades dos administradores e da sociedade em relação ao acesso à informação. O arquivista, na chamada era da informação precisa se preparar para a realidade pós-custodial dos arquivos.

A mediação da informação tem sido pouco discutida na arquivística, isto porque alguns teóricos acreditam que não há necessidades de tal argumentação, pois estaria implícito nas práticas profissionais. O mesmo se dá na Biblioteconomia, quando se parte da ideia de que é desnecessário conceituar a mediação da informação, como também o é, por exemplo, a informação pública e outros tantos temas da área.

Duranti (1994, p.62) escreve a esse respeito: “é essencial que os arquivistas não depreciem seu papel como guardiões dos documentos, um papel oficialmente reconhecido pelas várias leis nacionais sobre prova documental”.

No entanto, vale lembrar que na literatura especializada de arquivística, poucos textos, pesquisas e estudos existem no tocante ao usuário, quer em relação as suas necessidades e interesses, quanto ao seu perfil ou formas de relação com a informação. (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p.261).

Entretanto, olhando na perspectiva dos autores acima, percebemos a necessidade de que os arquivistas se reconheçam como mediadores, pois além de lidar com tabelas e instrumentos de trabalho que direccionam o seu fazer, a interferência em distintos momentos não pode ser negada no seu quotidiano. Por esse motivo é que se almeja o crescimento das discussões e pesquisas na Arquivística com foco na mediação da informação. Ainda que a mediação esteja na essência das práticas dos arquivistas, defende-se também a necessidade de se discutir este conceito, pois a partir disto a mediação seria reconhecida no dia-a-dia desse profissional.

Lousada e Almeida (2013), ainda afirmam que o conceito de mediação da informação não é discutido na Arquivística, isto porque alguns teóricos acreditam que não há necessidades de tal argumentação, pois estaria implícito nas práticas profissionais.

Nessa vertente, os arquivistas devem se pautar na gestão de documentos e no processo às informações neles contidos, se desejam sobreviver como profissionais. Desse modo, Ribeiro (2005) constata que o arquivista, não pode continuar a ser aquele que guarda, conserva e arruma papéis e outros documentos para pesquisadores, mas terá de se assumir como gestor de informação produzida e usada em qualquer contexto orgânico. Olhando na linhagem da ideia do autor acima, cabendo tais actividades a um profissional capacitado, multidisciplinar e flexível, que deverá ter conhecimento da instituição em que actua, tanto internamente como externamente, a fim de alcançar um planeamento que se alinhe às suas metas.

Para tal, considera-se como problema desta pesquisa: **Qual deve ser o papel do arquivista como mediador da informação em arquivos?**

1.3 Objectivos

1.3.1 Objectivo Geral

- Compreender o papel do arquivista na mediação da informação no arquivo do Ministério da Economia e Finanças.

1.3.2 Objectivos específicos

- Identificar o perfil dos profissionais que actuam no arquivo do Ministério da Economia e Finanças;
- Descrever o processo de mediação da informação no arquivo do Ministério da Economia e Finanças.
- Identificar os constrangimentos que podem afectar o processo da mediação da informação;

1.4 Justificativa

Tendo em vista “o descompasso entre o homem do século XXI e o acesso à informação e ao conhecimento, destacando a complexidade do apreender e interpretar a realidade em um contexto de contínuas transformações científicas, tecnológicas, culturais, políticas, sociais e económicas” (VARELA; BARBOSA, 2009, p.13), faz-se necessária a presença de um mediador que seleccione e organize as informações.

Acredita-se que o arquivista, enquanto profissional da informação, tem potencial para actuar como mediador. Por isso a presente proposta de pesquisa mostra-se relevante já que busca contribuir para uma melhor compreensão e elucidação do papel do arquivista como mediador da informação nos arquivos.

A escolha do tema surge da necessidade eminente e crescente de se aprimorar as actividades ligadas a busca de informação, além do surgimento das novas tecnologias digitais da informação e comunicação, onde constatamos que amplia e exige dos profissionais arquivistas eficácia nas acções de busca e recuperação da informação por meio de acesso aos documentos, foco primários das instituições arquivísticas e dos serviços de arquivo.

Do lado pessoal, justifica-se o interesse em querer compreender o papel de mediador de acesso a informação contida nos documentos arquivísticos, na tentativa de demonstrar sua actuação

multidisciplinar nas instituições e como forma de procurar valorizar esse profissional. Por outro lado, também para mostrar que o profissional arquivista precisa se conscientizar e reflectir acerca do valor da mediação da informação para a sociedade e as mudanças que estão ocorrendo.

Tendo em conta que, no actual cenário, os arquivistas evoluíram de simples e frios guardiões de uma herança documental e transformaram-se em agentes intervenientes, que determinam padrões de preservação, de gestão e acesso, seleccionando somente uma parcela do grande universo de informações (COOK, 2001). Ou seja, os arquivos devem ser direccionados para os usuários e não para os arquivistas considerando o usuário e também o impacto da informação sobre sua vida, inclusive fora dos espaços físicos dos serviços de informação. Por esta razão, esse estudo tem relevância para o meio académico pois enfatiza-se que os fundamentos teóricos da Mediação da Informação relacionam-se com o facto de que hoje o arquivista deve ser um mediador activo na formação e na construção da memória institucional e colectiva através dos arquivos.

No entanto, vale lembrar que na literatura especializada de arquivística, poucos textos, pesquisas e estudos existem no tocante ao usuário, quer em relação a suas necessidades e interesses, quanto ao seu perfil ou formas de relação com a informação. (LOUSADA, ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p.261), daí que entendemos que com esse trabalho pretendemos “atentar” a sociedade sobre essa temática.

2. CAPÍTULO: QUADRO CONCEPTUAL

Antes de entrar na essência do trabalho, é feita uma análise teórica sobre as diferentes configurações que elas podem assumir para que possamos perceber os procedimentos de mediação da informação que serão apresentadas. E fez-se uso de conceitos e ideias de vários autores, por meio de uma abordagem levando em conta pesquisas e trabalhos desenvolvidos na área de Ciência da Informação, mas especificamente em mediação da informação, em busca de conhecimentos necessários para alcançar os objectivos.

2.1 Arquivo

Ao longo da história, a conceituação de arquivo mudou em conformidade com as mudanças políticas e culturais que as sociedades ocidentais viveram; os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-lo também acompanha as mudanças que ocorrem. Factores tais como a finalidade dos arquivos ou os suportes utilizados já foram considerados como definidores do arquivo e, hoje, não o são mais.

Assim, não há uma conceituação de arquivo que seja definitiva. Alguns autores, como Rousseau e Couture (1994, p.284), têm definido arquivo como um *conjunto de informações*, e não como um *conjunto de documentos*. Mesmo que não haja dúvidas de que arquivo é um conjunto de informações, entende-se que o termo *informação* não é esclarecedor quando se deseja conceituar arquivo. Entende-se que a informação arquivística não prescinde do seu suporte, mesmo que ele não seja passível de leitura a olho nu. Dentre outras justificativas para isso, tem-se que a autenticidade da informação arquivística depende de um conjunto de referências dentre as quais estaria o suporte que contém a informação.

Segundo Martins (1998, p.4), “Arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das actividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”.

Por sua vez o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (1995), traz um conceito mais abrangente ao definir arquivo é conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade colectiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas actividades, independentemente da natureza do suporte.

2.2 Arquivista

O arquivista é um gestor da informação e todas as suas tarefas estão orientadas para satisfazer as necessidades informativas, de modo que a administração desenvolva suas funções com rapidez, eficiência e economia, para salvaguardar direitos e deveres das pessoas, conteúdos nos documentos, e para fazer possíveis a pesquisa e a difusão cultural. Em resumo, é um instrumento para o bom funcionamento de qualquer organização, cuja tarefa - a gestão dos recursos informativos dos documentos - resulta tão vital como a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais. (DUCHEIN, 1999, p.13-14).

Nesta definição de Duchein fica evidente a função social do profissional arquivista não somente na difusão e no acesso à informação, mas também de garantir o exercício de cidadania quando garante o cumprimento dos direitos e deveres das pessoas.

Entretanto, o Arquivo Nacional do Brasil, em sua terminologia arquivística define arquivista como “profissional de nível superior, com formação em arquivística ou experiência reconhecida pelo estado” (JARDIM, 2004, p.9).

2.2.1 O perfil do arquivista

No domínio do perfil de um arquivista, o Sosdocs (2019) define que é importante que o arquivista tenha um perfil versátil, com alta capacidade de avaliação crítica e de gerenciamento de pessoas, uma vez que seu trabalho pode ser desenvolvido contando com uma equipe multidisciplinar, além de envolver todos os sectores da empresa ou organismo no qual actua. Uma boa gestão, por parte dos profissionais do arquivo, pode auxiliar significativamente na economia de espaços físicos e de outros gastos, como por exemplo, quando uma empresa é legalmente obrigada a pagar multas porque não consegue ter acesso ou identificar determinados comprovativos. O arquivista é o profissional responsável por atuar com organização e controle de arquivo sendo eles documentos de contas, cadastros e fichas. Portanto, para que o profissional tenha um bom desempenho como arquivista além da formação é essencial que possua habilidade em separar documentos ter organização e iniciativa.

2.3 Informação

Informação é uma palavra cuja raíz vem do latim *informare*, que significa “acção de informar”, e tem recebido, por parte dos estudiosos de diferentes campos do conhecimento, múltiplas

definições. Após a Segunda Guerra Mundial, qualquer coisa que a ser transmitida pelos canais eléctricos ou mecânicos denominava-se “informação”.

2.4 Relação entre informação e arquivo

A relação que existe entre informação e arquivo é que informação é o acto de comunicar, isto é, transmitir a informação, enquanto arquivo representa um espaço destinado à produção e disseminação da informação, pois são nessas unidades de informação que se realizam a guarda, conservação e manuseio da informação produzida por um organismo.

Capurro (1996) define informação como uma categoria antropológica que diz respeito ao fenómeno de mensagens humanas, cujas estruturas verticais e horizontais estão relacionadas ao conceito grego de mensagem (*angelia*), bem como ao discurso filosófico (*logos*).

No campo da Ciência da Informação existem correntes teóricas que defendem uma “abordagem mentalista”, para as quais “a informação é concebida como algo que está presente na mente em estado de compreensão, seja essa compreensão proveniente da leitura de um documento, seja de outros meios” (Frohmann, 2008, p.21).

2.5 Informação arquivística

"A informação arquivística faz parte dos recursos documentais que, ao lado dos recursos humanos, financeiros e materiais, toda organização utiliza para seu funcionamento" (Garon, 1984). Na verdade, para além da utilidade prática e quotidiana em termos do andamento da entidade e das provas jurídico-administrativas de sua existência e gestão, trata-se da informação que ela acumulou e que pode demonstrar como atingiu os seus objectivos, confeccionou a sua imagem e integrou-se na sociedade na qual está inserida.

Cruz Mundet (2008, p.118-9) afirma que a informação arquivística pode ser identificada a partir das seguintes características: fruto de produção interna (no âmbito organizacional, produzida em função das actividades institucionais); ser possível e possuir regras para produção, uso e conservação. Portanto, a informação arquivística está subjugada ao documento que nomeia sua materialidade e é definida por Silva e Ribeiro (2002, p.37), como um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes), socialmente contextualizadas e passíveis de ser registradas em qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto etc.); portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada.

Sousa (2009) indica que a informação arquivística tem como característica o facto de ser registrada em suporte material, somado ao facto de ser o resultado do cumprimento da missão da organização. “Esse tipo de informação recebe, então, o adjectivo orgânico, que a diferencia dos outros tipos de informação existentes nas organizações”.

2.6 Mediador de informação

O arquivista desempenha um papel preponderante na mediação da informação. O arquivista deve ser um investigador, que estuda a documentação, analisa e a representa e, como pesquisador em conjuntos documentais, exibindo resultados que servirão como “ponto de partida do tratamento que será destinado” (DUARTE, 2006, p.150). Couture e Martineau (2000) descrevem a profissão como sendo de identidade universal, capaz de se adaptar a especificidades de práticas individualizadas, nutridas pela pesquisa.

Pode-se perceber que há uma gama de actividades que precisam ser realizadas nos arquivos, acções intelectuais, cabendo tais actividades a um profissional capacitado, multidisciplinar e flexível, que deverá ter conhecimento da instituição em que actua, tanto internamente como externamente, a fim de alcançar um planeamento que se alinhe às suas metas. Além das responsabilidades elencadas, Belloto (2004, p.243-244) reflecte que, é o arquivista quem deve procurar os meios de comunicação de massa, como vias de penetração de sua mensagem, nos dois sentidos: em segundo, mostra o que é que se faz, atraindo, na direcção contrária, possíveis pesquisadores.

A autora defende que o arquivista do século XXI seja um profissional que tenha capacidade de análise e síntese, habilidade de formular ideias concisas, capacidade de julgamento seguro, aptidão para tomar decisões e bom senso para resoluções de problemas, abertura a novas tecnologias de informação e adaptação à realidade.

O arquivista exerce um papel nas instituições públicas e privadas de instrutor/orientador das práticas arquivísticas. Essas orientações devem ser repassadas ao público interno, de forma pedagógica, principalmente aos produtores e/ou recebedores de documentos.

O arquivista deve atentar para as fontes de informação e para um instrumento de busca que recupere de forma eficiente as demandas dos usuários, bem como estar preparado para as evoluções na área. Há então diferentes tipos de mediação arquivística, “os arquivistas devem ser capazes de pesquisar, reconhecer e articular todas essas mudanças radicais na sociedade para então

tratar conceitualmente do seu impacto na teoria, metodologia e prática arquivística” (COOK, 2012, p.139).

2.7 Mediação

Para Braga (2012, p.32) “em perspectiva genérica, uma mediação corresponde a um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes”.

Este elemento a que se refere Braga, também é entendido como terceiro por Davallon (2007) e Marteleto (2009). Desta forma, reitera-se a posição desses autores e defende-se que só existe mediação quando há presença de um terceiro, estabelecendo a relação entre dois ou mais elementos.

Araújo (2012), propõe que a mediação consiste em uma intervenção intencional, de um colocar-se entre e, por meio justamente desta ação, fazer se relacionarem diferentes sujeitos, instituições e instâncias. Deste pensamento, compreende-se que a mediação é intencional, é pensada, não é neutra e nem passiva, ela é um posicionamento para que determinadas relações possam ser estabelecidas, sejam essas, relações pessoais ou institucionais. Portanto, ainda que a mediação seja mais facilmente percebida como uma ação intencional e planejada.

Encaminhando a presente discussão para o foco do trabalho, que é a mediação da informação, apresenta-se a seguir a definição de Almeida Júnior elaborada em 2008 e que foi reformulada pelo próprio autor em 2015. Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais, directa ou indirecta, consciente ou inconsciente, singular ou plural, individual ou colectiva, visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.25).

2.7.1 Mediação da informação arquivística

Os profissionais da informação, no tocante ao público a quem destina servir, devem pressupor que suas ações mediarão o conhecimento de seus usuários. É a relação destes últimos com o documento que proporcionará a abstracção de conteúdos proto informados (conjuntos de elementos sedimentados em suportes informacionais, tratados tecnicamente). Dessa maneira, com

o propósito de que tais elementos documentais efectivem-se de facto em informação, tornando-se primordial a relação com os sujeitos.

Essa mediação capaz de significar suplementar ou modificar o conhecimento anterior dos usuários, transformando-a em informação - condição primordial para a mediação da informação - só é possível se, no contacto com os suportes documentais houver absorção e interpretação do proto informação (encontrada nos mais variados suportes) por parte desses usuários.

Almeida Júnior (2009, p.34) defende que a “mediação da informação perpassa todos os serviços relacionadas as práticas dos profissionais da informação.” No entanto, em algumas dessas acções, a mediação se apresenta de maneira implícita sem necessariamente a presença concreta do usuário ainda que se perceba certa preocupação com ele.

É neste contexto, que, no âmbito do procedimento arquivístico, a organização documental arquivística pode apresentar-se como ferramenta que prepara a proto informação no âmbito da técnica visando a sua transformação em uma informação no âmbito da relação profissional arquivista - usuário de onde é possível constatar a progressão: documento (suporte) - organização documental - pesquisador/usuário - apropriação da informação - produção/modificação/alteração de conhecimento. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p 92).

2.8 Os diferentes tipos de mediação da informação

O processo de mediação da informação não ocorre de maneira uniformizada, por isso, alguns autores fazem uma divisão em relação a sua tipologia. Almeida Júnior (2009), entende que há dois tipos: a implícita e a explícita. A mediação implícita compreende todas as acções desenvolvidas antes do contacto com o usuário, ou seja, mesmo sem a presença física do usuário, as acções que deixam são direcionadas para satisfazer as necessidades informacionais deste. Abarca as acções que deixam transparecer em conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.93).

Segundo o autor, a “mediação explícita caracteriza-se pelo atendimento directo ao usuário, mesmo que tal presença não seja física, em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.93). Nesse âmbito, as acções são desenvolvidas de forma consciente, subsidiadas pelos conhecimentos que possuímos e somos capazes de exteriorizar. Ainda segundo o autor, a mediação explícita pode ocorrer em dois momentos: um explícito e outro implícito. O primeiro compreende as acções desenvolvidas de

maneira consciente, tendo como base os conhecimentos que dominamos e o exteriorizamos com razoável controle. O segundo abarcaria as acções que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes. Toda acção se constitui da junção desses conhecimentos amalgamando a mediação da informação com acções controláveis e não controláveis.

Na perspectiva dos arquivos, concordamos com Ferreira e Almeida Júnior (2013), que defendem que a mediação implícita, estabelece-se nas técnicas e organizações e tratamento documental e apresenta-se como uma ferramenta que prepara a “proto-informação”, visando à sua transformação em uma “informação” no âmbito da relação profissional arquivista - usuário, de onde é possível constatar a progressão: documento (suporte), organização documental, pesquisador/usuário, apropriação da informação, produção/modificação/alteração de conhecimento. Os autores ainda complementam que, embora haja uma mediação entre o veículo documento, a informação nele existente e o processamento técnico efectivado pelo arquivista, essa mediação não visa directamente (nessa etapa) ao enfoque do usuário. Trabalha-se, nesse contexto, a utilização dessa “informação - ainda não latente” no âmbito da identificação, selecção, classificação e processamento informacional, o que caracteriza, portanto, como uma mediação implícita.

Já na mediação explícita, ressaltamos que é fundamental pensar a respeito dos usuários nos arquivos, pois o acesso à informação é a etapa final de toda a função Arquivística, isto é, tornar pública e acessível às informações disponíveis que compõem seus acervos documentais.

2.9 Alguns desafios ligados a mediação da informação arquivística

Na concepção da Ciência da Informação, como uma área investigativa das propriedades e procedimentos da informação, bem como da busca de controle de fluxos informacionais, meios, técnicas e métodos para que os processos organizacionais tornem a informação acessível e, também, para que haja êxito na recuperação, armazenamento e transmissão da informação, compreende-se que uma das suas funções primordiais é a de auxiliar a melhoria das instituições, no que tange aos processamentos de cunho informacional, visando à acumulação e transmissão do conhecimento.

Assim sendo, os profissionais da informação, no tocante ao público a quem destinam servir, devem pressupor que suas acções mediarão o conhecimento de seus usuários. É a relação destes últimos com o documento que proporcionará a abstracção de conteúdos proto informados¹ (conjuntos de

elementos sedimentados em suportes informacionais, tratados tecnicamente). Dessa maneira, com o propósito de que tais elementos documentais efectivem-se de facto em informação, tornando-se primordial a relação com os sujeitos.

Essa mediação capaz de significar suplementar ou modificar o conhecimento anterior dos usuários, transformando-a em informação – condição primordial para a mediação da informação só é possível se no contacto com os suportes documentais houver absorção e interpretação do proto informação (encontrada nos mais variados suportes) por parte desses usuários.

Almeida Júnior (2009, p.34), defende que a mediação da informação perpassa todos os serviços relacionados as práticas dos profissionais da informação. No entanto, em algumas dessas acções, a mediação se apresenta de maneira implícita sem, necessariamente, a presença concreta do usuário, ainda que se perceba certa preocupação com ele.

É neste contexto que no âmbito do procedimento arquivístico, a organização documental arquivística pode apresentar-se como ferramenta que prepara a proto informação no âmbito da técnica visando a sua transformação em uma informação no âmbito da relação profissional arquivista - usuário de onde é possível constatar a progressão documento (suporte) - organização documental - pesquisador/usuário - apropriação da informação - produção/modificação/alteração de conhecimento (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92-93).

Não obstante as etapas da organização documental arquivística tais como identificação, classificação, ordenação e descrição documental lidarem nesse contexto, com “proto informações” - que estão sendo processadas pelas metodologias arquivísticas e que poderão (ou não) resultar em informação - na medida em que se aproxima o final de todo este processo, busca-se possibilitar que a apropriação das informações dos documentos tecnicamente trabalhados, sejam o resultado da interação desses documentos com os respectivos usuários e/ou pesquisadores.

As etapas do processamento técnico de documentos de arquivo assumem destaques nas tarefas organizacionais especialmente em tarefas em que a eleição de métodos e metodologias a serem desenvolvidas (como a identificação, classificação e descrição arquivística) implica, posteriormente no resultado satisfatório da utilização da informação.

Constata-se em Antónia Herédia Herrera (1991, p. 253), que, na etapa da classificação arquivística o arquivista deve impescindir de um ornamento teórico-metodológico capaz de visualizar estratégias e soluções eficazes para a organização de massas documentais.

Por isso, identificar os níveis nos quais se estabelecem a classificação (série, subgrupo, grupo e fundo de arquivo) e hierarquizá-los, bem como produzir instrumentos que refletem essa lógica orgânica dos arquivos, coloca o profissional arquivista em contacto com conteúdos “proto informativos” dos documentos, que são tratados com o objectivo de atendimento da instituição em que se encontram e, uma vez disponibilizados para o acesso (foco secundário da organização arquivística), serão interpretados futuramente pelos usuários.

Dessa forma, embora haja uma mediação entre o veículo documento, a informação nele existente e o processamento técnico efectivado pelo arquivista, essa mediação não visa directamente (nessa etapa) o enfoque no usuário. Trabalha-se, nesse contexto, a utilização dessa informação no âmbito da identificação, seleção, classificação e processamento informacional, o que a caracteriza, portanto, como uma mediação implícita.

Suscitado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (de 1789), na perspectiva de livre comunicação de ideias e opiniões (artigo 10), e considerado na mesma Declaração como “um dos mais preciosos direitos do Homem” (artigo 11), o acesso à informação encontra sua forma mais actual na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) que, no seu artigo 19, afirma “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão, esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Portanto, é nesta perspectiva em que o cidadão tem o direito de procurar e receber informações produzidas pelas diversas instituições do Estado, que interessa neste estudo, a noção de mediação da informação arquivística e acesso à informação, buscando aferir o grau de sua realização efectiva em Moçambique no âmbito do processo de organização de documentos e das suas operações técnicas mais relevantes.

Esta breve alusão histórica mostrou-se necessária para inserir um traçado assente na evolução do conceito de acesso à informação ao longo dos tempos e sua configuração, considerando o usufruto dos direitos de cidadania em cada momento, sem descurar do papel dos governos enquanto servidores dos cidadãos e, estes, como controladores daqueles e dos seus respectivos actos, concorrendo para a materialização e participação na construção de um Estado de direito democrático. Ora, o Estado moçambicano sempre se caracterizou pelo secretismo e “ignorância” no tocante à garantia do acesso à informação, facto que pode ser facilmente observado a partir dos

textos constitucionais, e da própria Lei do Direito à Informação, dos vários programas quinquenais do Governo e da forma de ser e estar da/na administração pública.

O principal aspecto que se observa nos arquivos públicos moçambicanos é a inexistência de arquivos enquanto unidades orgânicas instituídas. Dos trabalhos de arquivo em curso nos arquivos públicos moçambicanos nenhum deles se enquadra perfeitamente dentro do conceito de gestão de documentos. Os arquivos nestas instituições traduzem-se tão somente em conjuntos de documentos que, a olho nu, parecem estar organizados somente porque estão em pastas e caixas, mas muitas rotinas e procedimentos de gestão documental não são cabalmente desenvolvidas, e isso afecta profundamente no processo de mediação da informação.

2.10 Análise do papel do arquivista na mediação da informação e seu espaço de actuação

O arquivista deve ser um investigador, que estuda a documentação, analisa e a representa, e como pesquisador em conjuntos documentais, exibindo resultados que servirão como “ponto de partida do tratamento que será destinado” (DUARTE, 2006, p.150). Couture e Martineau (2000) descrevem a profissão como sendo de identidade universal, capaz de se adaptar a especificidades de práticas individualizadas, nutridas pela pesquisa.

Pode-se perceber que há uma gama de actividades que carecem ser realizadas nos arquivos, acções intelectuais, cabendo tais actividades a um profissional capacitado, multidisciplinar e flexível, que deverá ter conhecimento da instituição em que actua, tanto internamente como externamente, a fim de alcançar um planeamento que se alinhe às suas metas. Além das responsabilidades elencadas, Belloto (2004, p.243-244) reflete que, é o arquivista quem deve procurar os meios de comunicação de massa, como vias de penetração de sua mensagem, nos dois sentidos: em segundo, mostra o que é que se faz, atraindo na direcção contrária possíveis pesquisadores.

A autora defende que o arquivista do século XXI seja um profissional que tenha capacidades de análise e síntese, habilidade de formular ideias concisas, capacidade de julgamento seguro, aptidão para tomar decisões e bom senso para resoluções de problemas, abertura a novas tecnologias de informação e adaptação à realidade.

E, como se tudo isso fosse pouco, fala-se ainda nas qualidades de adaptabilidade, pragmatismo, curiosidade intelectual, rigor, método, continuidade, capacidade de compreensão e escuta relativamente ao produtor, ao pesquisador e ao cidadão. A verdade é que o arquivista, ademais de toda essa qualificação de cunho pessoal, deverá ainda ser capacitado profissionalmente para

intervir em toda a cadeia do tratamento documental, qualquer que seja o suporte. A respeitabilidade que é revestida o seu trabalho virá da segurança com que actue no seu metier. (BELLOTO, 2006, *online*). Antes de tudo a realidade, um arquivista centrado na prática e nas demandas da colectividade. O profissional arquivista precisa aliar as suas aptidões com as necessidades da instituição. Deve ser flexível e saber lidar com as demandas que surgem, sobretudo em um contexto de ampla produção e difusão de documentos arquivísticos digitais.

O arquivista exerce um papel nas instituições públicas e privadas de instructor/orientador das práticas arquivísticas. Essas orientações devem ser repassadas ao público interno, de forma pedagógica, principalmente aos produtores e/ou recebedores de documentos.

De acordo com Belloto (2004, p.204), a educação popular é uma outra vertente da actividade pedagógica, é campo da chamada “educação permanente”, que quer atingir o cidadão que já os bancos escolares. A educação pós-escolar pode completá-lo como cidadão. O conhecimento do meio local de sua cultura e a compreensão solitária por aquilo que o rodeia.

O arquivista tem como incumbência a difusão dos conjuntos documentais, parte importante de suas atribuições em relação à sociedade. É por meio da difusão que, muitas vezes, se obtém informação necessária para requerimento de direitos. A difusão pressupõe atender a demandas do usuário, o que exige investimentos em áreas como Tecnologias de Informação (TI) e, Recursos Humanos. Além disso, cabe observar a legislação vigente, quanto à preservação de direitos individuais. Neste contexto, o arquivista é o facilitador na apreensão da informação. Gama e Ferneda (2010) realizaram um estudo sobre o comportamento informacional dos usuários de acordo com o ciclo de vida dos documentos.

O arquivista deve atentar para as fontes de informação e para um instrumento de busca que recupere de forma eficiente as demandas dos usuários, bem como estar preparado para as evoluções na área. Há então diferentes tipos de mediação arquivística, “os arquivistas devem ser capazes de pesquisar, reconhecer e articular todas essas mudanças radicais na sociedade para então tratar conceitualmente do seu impacto na teoria, metodologia e prática arquivística” (COOK, 2012, P.139).

3. CAPÍTULO: METODOLOGIA

A metodologia científica visa uma explicação detalhada e com rigor e clara sobre o desenvolvimento de toda acção que será desenvolvida no trabalho de pesquisa.

Importa sublinhar que sem a metodologia, o desenvolvimento do trabalho fica comprometido. Dessa forma, de acordo com Thiollent (2005, p.28) “a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessárias ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, seleccionar conceitos, hipótese, técnicas e dados adequados”.

Do ponto de vista de natureza: esta pesquisa é básica e segundo Gil (1991), deve ser motivada pela curiosidade e suas descobertas devem ser divulgadas para toda a comunidade, possibilitando assim a transmissão e debate de conhecimento.

Do ponto de vista de abordagem do problema: é qualitativa, no entanto, Silva e Meneses (2000, p.20), consideram que a mesma existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo, o objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Do mesmo modo, Strauss e Corbin (1998, p.10-11) conceituam pesquisa qualitativa como “qualquer tipo de pesquisa que produz descobertas não obtidas por procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação”. Ressaltar que esta pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções, sentimentos, assim como funcionamento organizacional, fenómenos culturais.

Porém, Denzin e Lincoln (2000, p.1) apontam que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalista de seu objecto de estudo. Isso expressa que o pesquisador qualitativo estuda coisas em seu cenário natural, buscando compreender e interpretar o fenómeno em termos de quais os significados que as pessoas atribuem a ele.

Do ponto de vista do seu objectivo: é uma pesquisa exploratória e descritiva, onde segundo Gil (2002, p.41), pesquisa exploratória tem como objectivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Entretanto, para Severino (2007, p.123-4), a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objecto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objecto. Na verdade, ela é uma pesquisa explicativa.

Na visão de Apolinário (2011, p.75), a pesquisa ou estudo exploratório tem por objectivo aumentar a compreensão de um fenómeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado.

No que concerne a pesquisa descritiva, Silva e Meneses (2000, p.21) defendem que a pesquisa descritiva procura descrever as características de uma determinada população ou fenómeno de técnicas padronizadas de colecta de dados: questionário e observação sistemática.

De ponto de vista de procedimentos técnicos: para melhor compreensão dos problemas da pesquisa, utilizamos as técnicas de observação e entrevista.

Segundo Cervo & Bervian (2002, p.48), o questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. Ele poderá conter perguntas abertas/fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maiores facilidades na tabulação e análise de dados, daí que no nosso estudo usaremos perguntas abertas.

No que concerne a técnica de observação, Cervo & Bervian (2002, p.27), afirmam que observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objecto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso.

O tipo de observação foi não participante uma vez que, MARCONI & LAKATOS (1996), asseveram que o observador entra em contacto com o grupo, a comunidade ou realidade estudada, porém, não se envolve, nem se integra a ela, permanece fora. Neste tipo de observação, o observador presencia o facto, mas não participa dele, como será na nossa pesquisa.

3.1 Técnicas de pesquisa e colecta de dados

A colecta dos dados que foram analisados no desenvolvimento do presente trabalho foi feita através de uma entrevista.

Pesquisa bibliográfica

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.54) a técnica e pesquisa bibliográfica reflecte essencialmente a elaboração de pesquisas a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias,

dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objectivo de colocar o pesquisador em contacto directo com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. No presente trabalho a aplicação desta técnica de pesquisa foi feita através da consulta de obras de autores que se ocupam da explicação de fenómenos inerentes a mediação da informação nos arquivos. Estas informações são tidas como base de explicação e interpretação dos dados colhidos no âmbito da pesquisa de campo.

Observação

Segundo Cervo & Bervian (2002, p.27), observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objecto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso.

A observação como técnica pode ser classificada quanto a sua estruturação e quanto à participação do investigador. No tocante à estruturação, aparece na literatura classificada em estrutura (ou sistemática) e não-estruturada; quanto à participação do investigador, é participante e não-participante.

No que concerne, a observação participante caracteriza-se pela integração do investigador na comunidade em estudo, quer seja via de uma incorporação natural (quando o investigador já faz parte do grupo) ou, no caso contrário, de modo artificial. Neste caso o investigador vive a situação em estudo por dentro, sendo-lhe assim possível conhecê-la de forma, mas precisa e profunda, havendo, contudo, quem considere que este facto pode prejudicar decisivamente a objectividade do estudo (Freixo, 2011, p.197).

Entrevista

Segundo Gil (2008, p.109) pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objectivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A aplicação desta técnica na colecta de dados para o presente trabalho foi baseada na entrevista estruturada que, segundo este autor, desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas cuja ordem e redacção permanece invariável para todos os entrevistados. Ou seja, foi desenvolvido um roteiro de entrevista com um conjunto de 7 questões fixas para os entrevistados de modo a manter a sequência das informações colhidas e ter maior base comparativa.

Amostra por conveniência

A amostra é o subconjunto do universo ou da população por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características deste universo ou população Gil (2007, p.100). Em consonância, com

Moura (1998), afirma que a amostra envolve informações acerca do universo a ser estudado, da extensão da amostra e da maneira como será selecionada.

Existem diversos tipos de amostras que se podem construir para auxiliar no estudo de uma população, sendo para o efeito apenas dois tipos principais: as aleatórias ou probabilísticas e as não probabilísticas ou empíricas.

Na presente pesquisa usamos amostra não-probabilística por conveniência, que segundo Malhotra (2006, p.325), é a técnica de amostragem que não utiliza selecção aleatória, confia no julgamento pessoal do pesquisador.

A presente amostra é composta por 4 profissionais afectos no arquivo do MEF, e os entrevistados foram selecionados com base no grau de conhecimento e do tempo de serviço no arquivo da instituição.

Segundo Mattar (1996, p.157), uma das razões para utilização da amostragem não-probabilística é o facto da população não estar disponível para ser sorteada. Pode haver, por exemplo, a recusa em participar da pesquisa. O mesmo autor salienta que os recursos financeiros materiais, bem como o tempo disponível, podem ser factores decisivos para opção pela amostragem não-probabilística

O presente trabalho de pesquisa, visa aumentar a compreensão sobre o papel do arquivista como mediador da informação nos arquivos, expandir as fronteiras do conhecimento existente sobre o assunto, traçar estratégias no processo de disseminação da informação.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

Em 3 de Outubro de 1933 é criada a Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, através da Portaria nº149/33 de 19 de Novembro para Portugal e simultaneamente Moçambique, Cabo-Verde, Guiné Bissau, Macau e São Tomé e Príncipe visando organizar os orçamentos desses territórios.

Entretanto, com a proclamação da independência de Moçambique no dia 25 de Junho de 1975, cria-se a República Popular de Moçambique. Neste contexto foi extinta a Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade e foram criados 15 ministérios, dentre os quais o então Ministério das Finanças (MF), hoje Ministério da Economia e Finanças (MEF), instituição alvo da nossa pesquisa, através do Decreto Presidencial nº1/75, de 27 de Julho, sendo que o mesmo dispositivo legal definia as tarefas e funções do ministério.

Conforme Simione (2014) o período pós-independência, foi marcado por reformas político-económicas sob pretextos revolucionários. Este período caracterizou-se pelo desmonte da máquina administrativa colonial e a conseqüente institucionalização de uma administração pública centralizada, inspirada sob alicerces de um Estado socialista.

Portanto, durante esse período na componente da administração pública introduziram-se várias medidas administrativas que foram legitimadas tendo como objectivo garantir a institucionalização do modelo típico de administração pública burocrática, que concentrava todo o poder de decisão no nível central do governo e relegava o nível local à simples implementação das decisões centralmente tomadas (SIMIONE, 2014, p. 558).

É neste contexto que os fenómenos acima elencados levaram a reformulação do ministério citado acima e assim foi extinto o Ministério das Finanças e criado o Ministério do Plano e Finanças (MPF), através do Decreto Presidencial nº 2/96, de 21 de Maio.

Dada a conjuntura política e económica associada a característica escrutinadora e crítica das sociedades contemporâneas que, por meio de um conjunto de mecanismos prescritos nas formas de governar e ser governado intervêm na acção do Estado, demandando novos papéis no que tange as suas funções e formas de actuação, as instituições sujeitam-se assim a uma dinâmica própria, decorrente da evolução do Estado. Em função dos argumentos acima aduzidos, entendemos que as instituições constituem espaços de convergência social, onde os diversos grupos de pressão

através da sociedade civil ou individualmente, influenciam o Estado na concepção de políticas públicas e na tomada de decisões que melhor satisfaçam os seus interesses.

Assim, no ano 2005, no âmbito da formação do novo Governo, foi operada uma reestruturação ministerial, da qual foram extintas e criadas algumas instituições e através do Decreto Presidencial nº13/2005, de 4 de Fevereiro, foi extinto o Ministério do Plano e Finanças e foi criado de novo o Ministério das Finanças. A instituição permaneceu como Ministério das Finanças até a sua extinção em 2015 através do Decreto Presidencial nº1/2015 de 16 de Janeiro, e a consequente criação do Ministério da Economia e Finanças.

Ao abordar as dinâmicas administrativas sob a perspectiva da variação de competências entre organismos produtores de arquivos, Duchein (1992) aponta para um conjunto de fenómenos susceptíveis de ocorrer no processo de reestruturação administrativa, dentre os quais: a supressão de competências, criação de competências, transferência de competências e competências temporária, reiterando que:

“Estas diversas formas de variações de competências que se articulam entre elas com uma multiplicidade de variantes específicas traduzem-se geralmente na organização dos serviços e por toda a espécie de modificações de estrutura: criação, ou supressão de gabinetes ou de divisões, criação de organismos novos vinculados ou subordinados aos organismos existentes, transferência de gabinetes de um organismo para outro etc. (DUCHEIN, 1992)”.

Ligando a nova conjuntura sócio política do país, o Ministério da Economia e Finanças, foi criado pelo Decreto Presidencial nº1/2015 de 16 de Janeiro.

Portanto, com a variação de competências registada no Ministério das Finanças – (MF) e no Ministério da Planificação e Desenvolvimento – (MPD), houve transferência de competências de um organismo para o outro, sendo que as competências de Planificação e Desenvolvimento passaram para o Ministério da Economia e Finanças (MEF).

Para os casos em que novas competências são atribuídas a um organismo Duchein (1992) recomenda que “o novo organismo considere os arquivos provenientes de outros organismos como fundos fechados e destintos, cabendo a este dar seguimento a nova competência”. Foi o que aconteceu no Ministério da Economia e Finanças e considerou o arquivo do Ministério da Planificação e Desenvolvimento como um fundo fechado. Para o caso do Ministério das Finanças que apenas mudou de designação, todos documentos produzidos com a designação MF foram integrados sob a nova designação MEF pois, fazem parte do mesmo organismo.

Com a nova configuração do MEF esta instituição passou a ter a seguinte estrutura orgânica:

- Direcção Nacional do Tesouro e Cooperação Económica e Financeira - DNTCF
- Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública – (DNGDP);
- Direcção Nacional da Planificação e Orçamento – (DNPO);
- Direcção Nacional de Contabilidade Pública – (DNCP);
- Direcção Nacional do Património do Estado - (DNPE);
- Direcção Nacional de Monitoria e Avaliação – (DNMA);
- Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento – (DNPED);
- Direcção de Assuntos Jurídicos e Notariais – (DAJN);
- Direcção de Gestão do Risco – (DGR);
- Direcção de Administração e Recursos Humanos – (DARH);
- Gabinete do Ministro – (GM);
- Gabinete de Comunicação e Imagem – (GCI);
- Gabinete de Auditoria e Controlo Interno – (GACI);
- Departamento de Organização e Gestão do Sistema de Informação – (DOGSI);
- Departamento de Aquisições – (DA).

No que concerne ao arquivo da instituição que é o objecto do nosso estudo, importa referir que o mesmo encontra-se sob tutela da Direcção de Administração e Recursos Humanos sendo que essa direcção está encarregue de:

- Implementar o Sistema Nacional de Arquivo do Estado na instituição;
- Assegurar as boas práticas da gestão documental institucional;
- Assegurar a produção e distribuição em coordenação com os sectores, de impressos-tipo e livros regulamentares do Ministério;
- Criar e gerir a memória institucional do Ministério.

5. CAPÍTULO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Após identificar os principais trabalhos e discussões que tratam a mediação da informação, deu-se início a análise dos dados, com o intuito de identificar: as correntes teóricas e se há uma influência de algum campo do conhecimento no que tange ao avanço da mediação. A escolha das bases conceituais e teóricas para se discutir um conceito não é realizada de maneira neutra, mas possui uma intencionalidade, e muitas vezes, interferências que são internas e externas ao pesquisador. Deste modo, pretendeu-se conhecer e analisar também esses factores, que levaram a constituição da mediação como um campo de estudo para a ciência da informação, seja como conceito ou definição.

5.1 Perfil do profissional que actua no arquivo do MEF

Para que fosse traçado o perfil do profissional que actua no arquivo do MEF, foi necessária a análise de um conjunto de factores que buscou identificar aspectos relacionados à formação e actuação desse profissional. Dessa forma, é apresentada a seguir a análise dos dados obtidos através da realização da pesquisa, com o objectivo de relacioná-los e discuti-los com a teoria arquivística de forma que justifique os seus significados.

O arquivista é o profissional responsável por actuar com organização e controle de arquivo sendo eles documentos de contas, cadastros e fichas. Portanto, para que o profissional tenha um bom desempenho como arquivista além da formação é essencial que possua habilidade em separar documentos ter organização e iniciativa.

Sobre o perfil do profissional arquivista, Belloto (2004, p.301) acredita que o arquivista deve ter qualificações de cunho pessoal e profissional de forma a propiciar uma actuação com qualidade em qualquer fase do ciclo documental.

O profissional da informação precisa antes de tudo, perceber qual realidade esta vivenciando, primeiramente entender o ambiente em que actua, num segundo momento criar mecanismos eficientes de actuação na sociedade e, finalizando, enfrentar as mudanças cada vez maiores, antecipando-se às necessidades da sociedade (VALENTIM, 2000, p.136).

Feito isso, do levantamento desenvolvido na instituição objecto de estudo notamos que infelizmente no arquivo do MEF os profissionais lá afectos apesar da sua dedicação e esforço possuem algumas limitações como:

- Não são arquivista no verdadeiro sentido de formação, mas profissionais de outras áreas do saber com curso de curta duração em arquivos;
- Notamos que os mesmos não possuem conhecimentos consistente dos diversos procedimentos e práticas ligadas a gestão documental, onde se limitam apenas em classificar, arquivar e recuperar documentos, no entanto, como vimos nos capítulos anteriores a acção dos arquivistas modernos deve ser proactivo no sentido criar modelos e técnicas de tornar a informação um recurso de ajuda na tomada de decisões em tempo útil na instituição e isso passa por exemplo em usar as TI para ajudar na dessiminação da informação ao cidadão;
- Os técnicos afectos ao arquivo ainda não estão dotados de poder de tomada de decisão e de busca das demandas informacionais para ajudar a resolver problemas ligados aos desafios da mediação da informação, pontos esses que passam em ser um parceiro e aliado dos potenciais usuários da informação deste ministério.

E1. Carlos Firmino Nhambirre, entrevistado a 18 de Julho considera que:

“A falta de profissionais qualificados e com formação técnica específica na área, agravada pela subvalorização dos poucos existentes e pela inexistência de carreiras específicas no quadro do Sistema de Carreiras e Remunerações, fazem com que o profissional que actua no arquivo do MEF, não tenha um perfil adequado. Segundo o entrevistado, apesar destes profissionais não terem uma formação média ou superior na área de arquivo, estes desempenham as suas funções nos mais variados sectores desta instituição, contribuindo com seus conhecimentos e experiência para uma melhor gestão dos arquivos assim como um melhor uso das informações neles contidos”.

5.2 Estrutura Arquivística do MEF

O arquivo do Ministério da Economia e Finanças, está sobre gestão da Direcção de Administração e Recursos Humanos. Esta Direcção tem como funções: implementar o Sistema Nacional de Arquivo do Estado; assegurar a produção e distribuição, em coordenação com os sectores, de impressos-tipo e livros regulamentares do Ministério, criar e gerir a memória institucional do Ministério, dentre outras funções.

No entanto, a estrutura arquivística do MEF não segue as recomendações de uma estrutura arquivística. O ideal seria que o mesmo estivesse junto aos órgãos de tomada de decisão da

instituição, isto é, próximo ao Gabinete do Ministro, Gabinete do Vice-Ministro e Secretário Permanente, para facilitar a alocação de verbas para assegurar o seu apetrechamento humano, financeiro e material para facilitar o seu funcionamento.

E2. Mário Sebastião Massochua – chefe do arquivo, entrevistado a 18 de Julho considera que:

“A falta de enquadramento institucional dos arquivos enquanto sectores de trabalho nas diversas instituições do Estado, resulta na indefinição de seus objectivos e falta de alocação de verbas para assegurar o seu apetrechamento e funcionamento. Segundo ele existe falta de meios materiais e financeiros e de espaço físico para uma modernização e eficiente organização do arquivo. O entrevistado afirmou ainda que a legislação arquivística está desajustada aos desafios que hoje se impõem na instituição e funcionamento da área de arquivos”.

Por outro lado ao analisarmos as funções do arquivo percebemos que a visão que o ministério tem sobre essa área ainda é limitada, visto que o arquivo é visto como um órgão secundário de apoio administrativo e não como órgão que deve ser proactivo de ajuda na tomada de decisões como se espera dos mediadores da informação.

5.3 Mediação da informação

Mediação da informação é toda acção de interferência – realizada pelo profissional da informação, directa ou indirecta, consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou colectiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaz, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.46).

E3. Verónica Pombe, entrevistada no dia 18 de Julho, quando perguntada se sabia o que é mediação de informação ela respondeu que:

“Não sabia o que era mediação de informação, mesmo estando a trabalhar no arquivo desta instituição a mais de 10 anos, e tendo passado por uma formação em matéria de arquivo do Estado - SNAE.

E4. Por sua vez Mário Sebastião Massochua – chefe do arquivo; quando perguntado se sabia o que é mediação de informação ele respondeu que:

“Sabia o que é mediação de informação, tendo definido mediação de informação como sendo a acção realizada entre dois elementos, usuário e mediador, envolvendo-os no processo de busca de informação. Infelizmente foi o único colaborador do arquivo que soube nos dizer o que é mediação da informação.

Os entrevistados quando perguntados se já haviam participado em alguma formação em arquivos, eles responderam que:

“Já participaram de uma formação em Sistema Nacional de Arquivos do Estado - SNAE, formação que teve lugar na sala de Conferências do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, com a duração de 10 dias. A formação foi dada pelos técnicos do Ministério da Administração Estatal e Função Pública”.

Importa referir que, pela natureza dos conhecimentos adquiridos pelos profissionais que lidam com a mediação da informação, no âmbito da sua formação profissional estes encontram-se doptados de conhecimentos que os permitem actuar de forma dinâmica exercendo funções igualmente dinâmicas nos seus locais de trabalho, mesmo sem formação superior em arquivística. Considerando que as instituições, sejam elas de carácter público ou privado são doptadas de acervos documentais dos mais variados tipos (arquivos ostensivos, arquivos sigilosos entre outros) a necessidade de classificação, ordenação, gestão e estabelecimento de mecanismos de acesso da informação as actividades preformadas por estes profissionais nos seus locais de trabalho deviam ser dinâmicas.

Morin (2000, p. 30) enfatiza que o mediador tem um papel importante no processo de mediação da informação, ele usa seus conhecimentos para criar ferramentas facilitadoras de acesso aos acervos informacionais, destinados a públicos distintos.

Conforme Quadros (2001, p. 11), o processo de mediação “é algo natural, temos como ator chave o ser humano, que, com os seus conhecimentos explícitos e tácitos, é um elo capaz de proporcionar o encontro entre geradores e receptores da informação.”

No Ministério da Economia e Finanças, o processo de mediação da informação é feito por profissionais afectos no arquivo. Estes como mediadores da informação tem a função de auxiliar o usuário, intercedendo na busca e localização da informação, utilizando meios de busca para obter nos acervos a informação desejada e disponibilizá-la ao usuário, facilitando o acesso à informação.

Durante a pesquisa, um total de quatro funcionários, que passaram pela acção de capacitação em matérias de Sistema Nacional de Arquivos do Estado – SNAE, foram acompanhados em sua prática de mediação, onde verificamos que apenas dois executam a mediação de forma correta, enquanto que os outros dois executam com dificuldades. Em geral, todos os funcionários envolvidos revelaram fraca capacidade na análise e interpretação dos conteúdos dos documentos

e na tradução de assuntos em conceitos. Conforme Padilha e Spudeit (2014) um “documento mal classificado, é um documento perdido”.

Partindo dos dados colhidos, verificamos que os entrevistados encontram-se a desenvolver as suas actividades de mediação da informação de forma ainda rudimental, o que no nosso entender ainda coloca a questão do arquivo num lugar periférico na estrutura administrativa da instituição, e isso acaba colocando a qualidade de disponibilização da informação um grande desafio para o sucesso do funcionamento da instituição objecto do nosso estudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

6.1 Considerações Finais

O desenvolvimento desta pesquisa teve como interesse estudar o papel do arquivista como mediador da informação no arquivo do MEF. Assim, chegado ao término da mesma, cabe-nos nesta fase emitir algumas reflexões conclusivas, considerando os objectivos alcançados.

Relativamente a legislação institucional, vislumbramos que esta não contempla as modalidades de gestão dos arquivos enquanto dimensão informacional do próprio Estado, limitando-se a orientar a gestão dos recursos materiais, financeiros e humanos, o que leva ao entendimento institucional de que os arquivos estejam representados nestas categorias institucionais como órgãos secundários de apoio administrativo.

No mesmo âmbito, percebemos que a institucionalização dos arquivos continua um desafio pois, dos diversos textos legais que definem a estrutura e funcionamento destas instituições, em nenhum instrumento legal está previsto o enquadramento do arquivo como unidade orgânica dotada de competência e poder sobre a gestão de documentos e arquivos. Os arquivos são institucionalmente compreendidos pelas acções de classificar e arquivar. Quanto as modalidades de gestão dos arquivos no âmbito da mediação da informação, conclui-se que a instituição estudada não obedece a nenhum critério técnico-arquivístico recomendável para o efeito devido a limitações humanas e técnicas.

Ao analisarmos as entrevistas concedidas pelos profissionais que trabalham na área de arquivo, percebemos que o arquivo faz a mediação da informação e busca a cada dia melhorar o processo de mediação para que o usuário saia satisfeito. Porém, a mediação está sendo feita de forma incompleta já que nem todos os serviços de um arquivo estão disponíveis na unidade pesquisada, tendo sido observada a ausência de alguns procedimentos de gestão documental.

Em relação aos objectivos específicos, pode-se dizer que também foram atingidos, pois a mediação da informação é um processo contínuo no arquivo estudado, onde a informação, antes de chegar ao usuário, passa pelas etapas que correspondem ao processo de mediação da informação, gerando com isso a disseminação da informação de forma clara e rápida.

A partir da análise das entrevistas, nota-se que os profissionais possuem uma formação ainda limitada quando o assunto é mediação da informação, mas observou-se, ao mesmo tempo, que

ainda seguem uma linha técnica de trabalho, o que de certo modo ajuda com limitações no desenvolvimento de acções de mediação e disseminação da informação aos usuários da instituição pesquisada.

Este trabalho contribui para maior entendimento tanto do pesquisador como dos profissionais e da instituição envolvida sobre a mediação da informação, suas características e possibilidades de actuação do profissional que podem se reflectir num atendimento mais especializado do arquivo junto aos seus usuários.

6.2 Recomendações

Ao longo deste estudo foram verificadas algumas lacunas no tocante à mediação da informação, daí que se recomenda:

- A instituição deve investir na formação constante dos profissionais que trabalham no arquivo, para que estes possam exercer as suas actividades com maior rapidez e eficiência;
- A instituição deve criar condições para que se abra um concurso público para a contratação de arquivistas com formação superior, para auxiliarem os profissionais que trabalham com a mediação de informação no arquivo;
- O MEF deve mudar o organograma da instituição, por forma a ter o arquivo junto aos órgãos decisórios, para que possa ter uma maior visibilidade e facilidade de alocação de recursos financeiros.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Leitura, informação e mediação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 282p. p.71-82.

APPOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. In: **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2007. p. 300-300.

ARAÚJO, C. A. A. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em ciência da informação**, Brasília, v. 2, n, 1, p, 89-103, jan/dez, 2009.

ARAÚJO, C. A. A. Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a ciência da informação e os campos da arquivística, Biblioteconomia e Museologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 13, 2012.

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005.

BELLOTO, Heloísa Liberali. **Arquivística-objecta, princípios e rumos**, São Paulo. Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTO, H.L. O Arquivista na Sociedade Contemporânea. In: BELLOTO, HELOISA Liberal. *Arquivos permanentes: tratamento documental/Heloisa Liberal Belloto-2*. Ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRAGA, J. L. Circuito versus campos sociais. In: JANOTTI JÚNIOR, J., MATTOS, M. A., JACKS, N. (Org.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, Brasília: Campós, 2012. P. 31-52.

BRUYNE, Paul et al. Metodologia e prática da pesquisa em ciências sociais. **Dinâmica em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro (1998). Metodologia de Investigação - Guia para Auto- Aprendizagem. Universidade Aberta. Lisboa. p.353.

CERVO, AL BERVIAN; CIENTIFICA, PA Metodologia. Pearson Prentice Hall. **São Paulo**, 2002.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, v.1, n.1, p.3-24, 2001.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. Trad. Luís Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999.

CRUZ MUNDET, J. R. Manual de arquivística. Madri: Fundación German Sanchez Rupérez, 2008.

DA SILVA, Roberto; BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. **São Paulo: Atlas**, 2007.

DAVALLON, J. A mediação: A comunicação em processo. Prisma. Com Porto, n. 4, 2007.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. 2008.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.10-4, n.1, p.13-14, 1999.

DUCHEIN, Michel. O Respeito de Fundos em Arquivo: princípios teóricos e problemas práticos, 1992.

DURANTI, Luciana. Registos documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.49-64. 1994.

EDGAR, a., SEDGWICK, P. **Teoria cultural de A a Z**: Conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. Belo Horizonte Contexto, 2003.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GIL, António Carlos. Como elaborar projectos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, António Carlos, Métodos e técnicas de pesquisa social, 6ª Edição, Editora Atlas, São Paulo, 2008.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014.

HEREDIA HERRERA, A. Archivística general: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991. p 253-281.

JARDIM, J. M. FONSECA, M O. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niteroi: EDUFF, 2004.

LOUSADA, M. ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação e a Arquivística: Aproximações teóricas. in: VALENTIM, M. L. P. (Org). **Estudos avançados em Arquivística**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. P, 259-274.

LOUSADA, M. ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação na teoria arquivística: aspectos epistemológicos. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 14. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: 2013.

MALHOTRA, Naresh, Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.4ª Edição

MARKONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: Planeamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3, ed, São Paulo: Atlas, 1996.

MARKONI e LAKATOS: Fundamentos de metodologia Científica, 5ª Edição, São Paulo, Atlas, 2003.

MARTELETO, R. M. Jovens, violência e saúde: Construção de informação nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS: R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2009.

MATTAR, F. Pesquisa de Marketing. Ed. Atlas. 1996.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e Cibercultura. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 19-42.

PRODANOV, Cleber e FREITAS, Ernani **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2ª Edição, Associação Pré-ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR Universidade Federal Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013.

QUADROS, André Luiz Lopes. A Mediação da Informação: Os Mediadores Humanos e seus Agentes de Software Inteligentes. Orientador: Aldo de Albuquerque Barreto. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO/IBICT, 2001. Dissertação.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Relato de casos para o ensino, com apoio na literatura. **Organizações & Sociedade**, v. 4, p. 119-142, 1997.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: vozes, 2004.

SEVERINO, A.; DO TRABALHO CIENTÍFICO, J. Metodologia. E atual. 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat (2005) - Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. [em linha] 4ª ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível na internet.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat (2005) - Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. [em linha] 4ª ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível na internet.

SILVA, A. M. da.; RIBEIRO, F. Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SIMONE, Alves Albino. A modernização da gestão e a governação no sector público em Moçambique. 2014.

SOSDOCS. 2022. O que faz um arquivista de documentos e porque você precisa dele? Disponível em: <https://sosdocs.com.br/o-que-faz-um-arquivista-de-documentos-e-porque-voce> precisa dele/. Consultado a 13 de Junho de 2022.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Basics of qualitative research techniques. 1998.

SOUSA, R. T. B. De As bases do processo em arquivística: um debate metodológico. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2009.

SZLEJCHER, a. Investigación y formacion archivística: los nuevos desafios. In: MARQUES, A. A. C. RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G.M. (Orgs.). A formação e a pesquisa nas universidades brasileiras. Brasileiras. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 17-52.

THIOLLENT, Michel. Perspectivas da metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora UFRGS**, p. 172-189, 2005.

VALENTIM, M. L. P. (Org.) Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004. 191p. (Coleção Palavra-Chave, 14)

VERGARA, Sylvia Constant; PECCI, Alketa. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 10, p. 13-26, 2003.

Legislação

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 1/75, de 27 de Julho de 1975. Cria e define as tarefas e funções que cabem a cada ministério. Boletim da República Popular de Moçambique Lourenço Marques, nº 1, 27 de jul. 1975. Serie I

_____. Decreto Presidencial nº2/96, de 21 de Maio, que cria o Ministério do Plano e Finanças. Boletim da República de Moçambique, nº 1, de 01 de Janeiro de 1997. I Série

_____. Decreto Presidencial nº13/2005, de 4 de Fevereiro, que cria o Ministério das Finanças. Boletim da República de Moçambique, nº 17, de 27 de Abril de 2005. I Série

_____. Decreto Presidencial nº1/2015 de 16 de Janeiro. Boletim da República de Moçambique, nº 05, 16 de Janeiro de 2015. I Série

Anexo

A – Guião de Entrevistas

8. GUIÃO DE ENTREVISTAS

A presente entrevista tem fins meramente académicos, cujo objectivo é recolha de dados para a execução do trabalho de fim e curso, exigido para a obtenção de grau de licenciatura em Arquivística na Universidade Eduardo Mondlane. Os dados aqui obtidos serão aplicados na pesquisa que se subordina ao tema: O Papel do Arquivista como Mediador da Informação nos Arquivos: um estudo de caso do Ministério da Economia e Finanças.

Objectivo específico 1: Identificar o perfil dos profissionais que actuam no arquivo do Ministério da Economia e Finanças;

Q1. Qual é o perfil do profissional que actua no arquivo do MEF?

Q2. Que perfil é recomendado para um profissional que lida com arquivo numa instituição?

Q3. Sabe o que é mediação da informação?

Q4. Já teve alguma formação em arquivos? Se sim onde?

Objectivo específico 2: Descrever o processo de mediação da informação no arquivo do Ministério da Economia e Finanças.

Q1. Como é feito o processo de mediação da informação no arquivo do MEF?

Q2. Será que o processo de mediação da informação é feito correctamente nesta instituição?